

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.719 - SP (2020/0263563-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : HUMBERTO HENRIQUE SOARES  
**ADVOGADO** : ALUÍSIO DI NARDO - SP110114  
**AGRAVADO** : COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E  
INVESTIMENTO DE ARARAQUARA E REGIAO - SICREDI  
CENTRO NORTE SP  
**ADVOGADOS** : RICARDO NOGUEIRA MONNAZZI - SP241255  
EDUARDO NOGUEIRA MONNAZZI - SP164539  
ELAINE CRISTINA PERUCHI - SP151275

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por HUMBERTO HENRIQUE SOARES contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO INTERNO AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO RECONHECIMENTO DA DESERÇÃO DO RECURSO DE APELAÇÃO EM RAZÃO DA INSUFICIÊNCIA DO VALOR RECOLHIDO A TÍTULO DE PREPARO ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NORMA NO ORDENAMENTO JURÍDICO PROCESSUAL QUE DETERMINE O RECOLHIMENTO DO PREPARO COM BASE NO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA DESCABIMENTO APLICAÇÃO DO PROVIMENTO N.º 57797 PRECEDENTES DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DECISÃO MANTIDA RECURSO NÃO PROVIDO

Alega o recorrente violação do art. 1.007 do CPC, defendendo ser inaplicável ao caso o Provimento n. 577/1997 do Conselho Superior de Magistratura do Estado de São Paulo, trazendo os seguintes argumentos:

Volvendo ao caso destes autos, quando o legislador processual civil pátrio pretendeu que a base de cálculo para recolhimento de multa fosse calculado pelo valor da atualizada, o fez de maneira expressa, conforme se constata pelo teor do parágrafo 4º do artigo 1.021 do Código de Processo Civil. (fls. 420).

[...]

Mesma conduta foi adotada nos §2º e 4º do do Código de Processo Civil, ocasião em que o legislador foi expresso ao determinar que para cálculo dos artigo 80 processual os

honorários advocatícios fixados nas referidas hipóteses legais, o valor da causa deve ser atualizado, O mesmo também ocorre no artigo 81 do Estatuto Processual Civil, no que pertine à multa imposta ao litigante de má-fé, calculada entre um a dez por cento do valor da causa atualizado. Destarte, toda vez que o legislador processual pretendeu que o valor da causa fosse atualizado para efeito de cálculo de multa ou de honorários advocatícios, tal exigência está expressa no Código de Processo Civil. (fls. 421).

[...]

Dessa forma, além de ser ilegal o entendimento esposado no acórdão ora atacado, no sentido de que a atualização do valor da causa para efeito do cálculo do preparo está prevista no Provimento nº 577/97 do Conselho Superior da Magistratura, o julgado de fls. 18 a 21 permitiu que o Poder Judiciário usurpe função estritamente legislativa tributária. Mais grave, apontado acórdão negou vigência (aplicação) ao artigo 1.007 do Código de Processo Civil, pois impôs ao recorrente condição que não existe na Lei, mas em simples Provimento emitido pelo Tribunal de Justiça local. E a questão da negativa de vigência ao repisado artigo 1.007 do C.P.C. foi expressamente prequestionada no agravo interno de fls. 01 a 03, daí que satisfeito tal requisito para a admissão do presente recurso especial. (fls. 421/422).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, é incabível o recurso especial porquanto eventual violação de lei federal seria meramente indireta e reflexa, pois exigiria um juízo anterior de norma infralegal, o que refoge à competência deste Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.524.223/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 11/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.802/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 13/4/2020; AgInt no Resp 1.652.475/MG, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no REsp 1.724.930/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 22/8/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente